

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90 Telefone/Fax: 42 5431210 / 42 5431210
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Solicitação Nr.: 95/2021

Data: 03/08/2021

Nr. por Centro de Custo: 11

Folha: 1/2

- [] Execução de Serviço
[] Execução de Obra
[] Compra

117

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

SOLICITANTE:

Centro de Custo: 5 - SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍ
Órgão: 2 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 5 - SEC MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA
Nome do Solicitante: SALETE ROSA DE FRANÇA
Local de Entrega: SECRETARIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍL -
Destinação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AUXÍLIO POR MORTE, DESTINADAS ÀS PESSOAS E ÀS FAMÍLIAS COM
IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR POR CONTA PRÓPRIA DAS DESPESAS COM
FUNERAL.

Código da Dotação :

Identificação:

Observações:

ITENS SOLICITADOS:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	2	U	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (CINCO) ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE MATERIAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONEAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA). (330710)	0,0000	0,00
2	2	U	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TRATAMENTO; VISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO	0,0000	0,00

Solicitante: SALETE ROSA DE FRANÇA:.....

Paulo Frontin, 3 de Agosto de 2021.

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin

PROCESSO Nº
FOLHA Nº 02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90 Telefone/Fax: 42 5431210 / 42 5431210
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Solicitação Nr.: 95/2021

Data: 03/08/2021

Nr. por Centro de Custo: 11

Folha: 2/2

[] Execução de Serviço

[] Execução de Obra

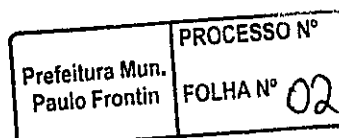
[] Compra

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
			MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA). (330711)		
3	6	U	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ATÉ 120 KG) MATERIAIS: -01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA) (330712)	0,0000	0,00
4	3	U	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ACIMA DE 120 KG) MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA MADEIRA PINTURA EM VERNIZ, SEM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA) (330713)	0,0000	0,00
5	5	U	INVÓLUCRO IMPERMIÁVEL. (330714)	0,0000	0,00
6	1000	KM	TRANSLADO AUXÍLIO POR MORTE VALOR REFERENTE VALOR REFERENTE A CADA QUILOMETRO QUE ULTRAPASSAR O LIMITE DE 150 KM, COMPREENDENDO INÍCIO E FINAL DO TRANSLADO. (330715)	0,0000	0,00
				Preço Total:	0,00

Solicitante: SALETE ROSA DE FRANÇA: 31

Paulo Frontin, 3 de Agosto de 2021.





MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

Memorando nº 053/SMASF/2021

Paulo Frontin, 27 de julho de 2021.

De: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

Para: Departamento de Compras e Licitações

Assunto: Solicita abertura de processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços de auxílio por morte, destinadas às pessoas e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria das despesas com funeral.

Prezado (a) Senhor (a):

Através do presente encaminhamos a documentação necessária para abertura de processo licitatório para a contratação de empresa para a prestação de serviços de auxílio por morte, destinadas às pessoas e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria das despesas com funeral, minorando a vulnerabilidade provocada pela morte de membro da família, com oferta de funeral, em conformidade com os critérios para a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social estabelecidos na Resolução 009/2021/CMAS, a partir de autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SMASF) de Paulo Frontin – PR.

Sendo o que se apresenta para o momento, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessário.

Atenciosamente,


Salete Rosa de França

Secretária Municipal de Assistência Social e Família

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 03
----------------------------------	----------------------------



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Salete Rosa de França, no uso das suas atribuições de Secretária Municipal de Assistência Social e Família, vem respeitosamente solicitar que seja iniciado o Processo de Licitação do item abaixo relacionado, conforme justificativas apresentadas a seguir e orçamento já realizado por esta Secretaria.

Órgão: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR	
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA	
Responsável pela Demanda: SALETE ROSA DE FRANÇA	Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA
E-mail: assistenciasocial@paulofrontin.pr.gov.br	Telefone: (42)3543-1794
<p>1. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de auxílio por morte, destinadas às pessoas e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria das despesas com funeral, minorando a vulnerabilidade provocada pela morte de membro da família, com oferta de funeral, em conformidade com os critérios para a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social estabelecidos na Resolução 009/2021/CMAS, a partir de autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SMASF) de Paulo Frontin - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.</p>	
<p>2. Justificativa da necessidade da contratação</p> <p>A abertura de processo licitatório para serviço funeral, visa a concessão de benefício eventual na modalidade auxílio por morte, na forma de prestação temporária, em bens de consumo, para minorar a vulnerabilidade provocada pela morte de membro da família,</p>	



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

concedido a partir de parecer social expedido por profissional de Serviço Social lotado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS ou Proteção Social Especial – PSE.

A concessão de benefícios eventuais está prevista na Lei 8.742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Decreto nº 6.307 da Presidência da República de 14 de dezembro de 2007 sendo entendido como provisão suplementar e provisória que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social estão dispostos na Resolução 212 do Conselho Nacional de Assistência Social datada de 19 de outubro de 2006 e, os critérios para sua concessão estão previstos na Resolução 009/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Paulo Frontin, sendo destinadas às pessoas e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais circunstanciais, cuja ocorrência provoque riscos e/ou vulnerabilidades que fragilize a manutenção da pessoa, da família e a sobrevivência de seus membros.

O Benefício Eventual - Auxílio por Morte consistirá na concessão financeira de até 19 UFM (dezenove Unidades Fiscais do Município), a ser repassado diretamente à empresa prestadora do serviço, mediante a emissão de nota fiscal eletrônica, sendo concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família, atendendo as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

3. Descrições e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (cinco) ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial , 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	UNIDADE 330700	02
02	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial, 01 (uma) vestimenta,	UNIDADE	02



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

	01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	330711	
03	AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas até 120 kg) MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	UNIDADE	06
04	AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas acima de 120 kg) MATERIAIS: - 01 (uma) urna madeira pintura em verniz, sem visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal	UNIDADE	03



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

	cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)		
05	Invólucro impermeável.	UNIDADE 14	05
06	TRANSLADO AUXILIO POR MORTE Valor referente a cada quilômetro que ultrapassar o limite de 150 km, compreendendo início e final do traslado.	KILOMETRO 15	1.000

4. Observações gerais:

4.1. Prazo de Entrega/ Execução: O encaminhamento para aquisição ou execução dos serviços a serem contratados, será feito exclusivamente através de formulário próprio emitido e assinado por profissional de Serviço Social vinculado à SMASF de Paulo Frontin, sendo que a contratada deverá atender à solicitação imediatamente.

A quantidade é mera estimativa para os próximos 12 (doze) meses, e será executado de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

(SMASF) de Paulo Frontin, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente solicitados e efetuados.

4.2. Local e horário da Entrega/Execução: O serviço funerário deverá ser ofertado conforme especificações contidas neste termo de referência, de acordo com a necessidade, atendendo à solicitação da SMASF de Paulo Frontin, de modo que as despesas com a entrega ficarão por conta do fornecedor vencedor.

4.3 Integram o valor do serviço funerário o traslado de corpos dentro do município.

4.4 A família do (a) falecido (a) poderá requisitar o serviço funerário de duas formas:

a) Em caso de falecimento em horários fora do expediente normal do CRAS ou PSE: diretamente no Plantão da Funerária, sendo orientado que a concessão pode ser negada caso a família não se enquadre nos critérios estabelecidos na Resolução 009/2021 do CMAS de Paulo Frontin que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais;

b) Em caso de falecimento em horários de expediente do CRAS ou PSE: mediante atendimento do familiar e orientações acerca dos critérios e documentação a ser apresentada para a concessão do benefício eventual – auxílio por morte, desde que atenda aos critérios estabelecidos na Resolução 009/2021 do CMAS de Paulo Frontin que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais.

4.5. Os serviços contratados devem ser prestados todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados.

4.6. É de responsabilidade do fornecedor vencedor, ofertar o auxílio por morte previsto nesse termo de referência, sendo vedada a cobrança de diferença de valores à família beneficiada.

4.7. É de responsabilidade do fornecedor vencedor a cedência da capela mortuária.

4.8. O licitante vencedor será responsável pelo transporte do corpo da capela mortuária ao cemitério, bem como enterrá-lo adequadamente no túmulo ou gaveta.

4.9. O material usado e a mão-de-obra necessária para a execução das obrigações do presente termo de referência serão de responsabilidade do fornecedor vencedor.

4.10. Apurada, em qualquer tempo, a divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado ou o serviço executado, serão aplicados à Contratada sanção



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

prevista no edital e na legislação vigente.

4.11. O fornecedor deverá prestar os serviços de acordo com as especificações contidas na proposta de preços.

5. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.

Servidora: Janete Vieira Nizer

6. Prazo para pagamento: 10º dia útil do mês subsequente.

Paulo Frontin/PR 27 de Julho de 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

OBSERVAÇÕES:


Salete Rosa de França

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

JUSTIFICATIVA

Ao realizar os orçamentos para a contratação de serviço de funeral, objetivou-se a classificação em itens para melhor organização de descrição e de valores, todavia, mostra-se importante que a contratação da empresa seja realizada por meio do critério do menor valor global apresentado, a fim de que a mesma empresa realize todo o serviço a ser contratado.

Tendo em vista que a empresa Maicon Zatorski –M.E.I, CNPJ 36.376.542/0001-00 não realizou a cotação do item 5 do orçamento, não foi possível realizar o cálculo do valor global de maneira equitativa com os demais concorrentes, não sendo possível a sua classificação.

Salete Rosa de França
Secretária Municipal de Assistência Social e Família

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 11
----------------------------------	----------------------------



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

Município de Paulo Frontin/PR

Dispensa de Licitação Nº 108/2021
(Processo Administrativo n.º117/2021)
LEI 14.133/2021

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Serviços Funerários com fornecimento de urnas destinados ao atendimento de benefícios eventuais do SUAS do Município de Paulo Frontin-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	UNID.	QUANTIDADE.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	U	02	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (CINCO) ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE MATERIAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: -SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONEAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA).
02	U	02	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TRATAMENTO; VISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA).
03	U	01	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ATÉ 120 KG) MATERIAIS: -01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E

			CASTIÇAIS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA)
04	U	03	AUXILIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ACIMA DE 120 KG) MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA MADEIRA PINTURA EM VERNIZ, SEM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAIS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA)
05	U	05	INVÓLUCRO IMPERMIÁVEL.
06	U	1.000,00	TRANSLADO AUXILIO POR MORTE VALOR REFERENTE A CADA QUILOMETRO QUE ULTRAPASSAR O LIMITE DE 150 KM, COMPREENDENDO INÍCIO E FINAL DO TRANSLADO.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Prestação de Serviços Funerários ao Município de Paulo Frontin-PR.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, não sendo prorrogável na forma do art. 107, da Lei 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A abertura de processo licitatório para serviço funerário, visa a concessão de benefício eventual na modalidade auxílio por morte, na forma de prestação temporária, correspondendo aos serviços funerários e o fornecimento de urna funerária, para minorar a vulnerabilidade provocada pela morte de membro da família, concedido a partir de parecer social expedido por profissional de Serviço Social lotado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS ou Proteção Social Especial – PSE.

2.2. A concessão de benefícios eventuais está prevista na Lei 8.742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Decreto nº 6.307 da Presidência da República de 14 de dezembro de 2007 sendo estendido como provisão suplementar e provisória que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e são prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

2.3. Os critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais o âmbito da Política Pública de Assistência Social estão dispostos na Resolução 212 do Conselho Nacional de Assistência Social datada de 19 de outubro de 2006 e, os critérios para sua concessão estão previstos na Resolução 009/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Paulo Frontin, sendo destinadas às pessoas e às famílias em vulnerabilidade temporária reconhecida através de parecer socioeconômico.

2.4. O Benefício Eventual – Auxílio por morte consiste na concessão financeira de até 19 UFM (dezenove Unidades Fiscais do Município), a ser repassado diretamente à empresa prestadora do serviço, mediante a emissão de nota fiscal eletrônica, sendo concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família, atendendo as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

2.5. Desse modo, na hipótese de concessão de benefício eventual denominado auxílio por morte para pessoas em vulnerabilidade social será necessário prestar o serviço funerário e o fornecimento de uma funerária, sempre respeitando os ritos religiosos de cada família beneficiada

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. O município pretende a contratação de serviço funerário, em vez de pagamento de benefício eventual, porque identificou que as funerárias que prestavam o serviço em algumas oportunidades começaram a oferecer serviços não contratados e exigir posteriormente o pagamento do município ou da família beneficiada.

3.2. Por isso a contratação dos serviços objetiva evitar que seja fornecido serviços não contratados, e ainda cobranças de outros valores, que não aqueles expressamente adquiridos pelo município, pois ambas as situações são irregulares e devem ser evitadas.

3.3. A necessidade do serviço decorrerá da constatação da vulnerabilidade temporária, sendo que a empresa contratada, deverá prestar os serviços, com disponibilidade em todos os dias da semana, incluindo feriados dentro do período compreendido das 00:00 horas as 24:00 horas do dia.

Estima-se a necessidade de contratação de 4 funerais anuais, cujo resultados foram obtidos após análise dos benefícios eventuais concedidos nos exercícios anteriores.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra, sem regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade dispensa, em decorrência que o contrato não ultrapassará o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), previsto no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do art. 48, da Lei 14.133/2021, ressaltando, que não se enquadram em nenhuma das vedações previstas nos incisos I a VI, e Parágrafo Único, do referido artigo.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O serviço deverá ser executado por empresa funerária dentro do perímetro do município de Paulo Frontin, devidamente inscrito no órgão de classe respectivo, utilizando os equipamentos e insumos necessários a fiel execução do serviço.

5.1.2. Embora o serviço seja de natureza contínua, pois decorre de uma demanda que ultrapassaria dois exercícios financeiros, o presente procedimento visa suprir apenas demanda dos próximos 12 (doze) meses momento em que poderá vir a promover licitação para contratação dos serviços se identificar aumento da demanda.

5.1.3. No mercado local existe 2 (duas) empresas que se dispuseram a executar os serviços. Sendo que foi obtido ainda a possibilidade de uma empresa de fora do município para prestar o serviço, contudo observando-se na proposta de preço apresentada deu-se que o preço ofertado estaria acima das outras propostas.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. Os serviços serão executados no perímetro do Município de Paulo Frontin, de segunda a segunda, das 00:00 às 24:00 horas.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Existirá a Autorização de Fornecimento, emitida pela autoridade, devendo iniciar suas atividades, no prazo máximo de 1 (uma) hora.

6.1.2. Da autorização de fornecimento constará a obrigação de que os serviços contratados serão executados na residência da família ou em outro local informada por esta incluindo o traslado do hospital à residência e da residência ao cemitério, respeitando sempre os ritos religiosos de cada família.

6.1.3. Todos os materiais e equipamentos deverão ser disponibilizados pela empresa.

6.2. A execução dos serviços será iniciada pela empresa na forma que segue:

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 34
----------------------------------	----------------------------

- 6.2.1. Deverá a empresa encaminhar a urna funerária de acordo com as necessidades do funeral, retirando o corpo do local esta armazenado e enviando para a sede da empresa, para realizar os procedimentos preparatórios no falecido que se fizer necessário incluindo limpeza, vestimenta, e outros cuidados indispensáveis, sempre respeitando os ritos religiosos da família.
- 6.2.2. Após, será encaminhado o corpo ao local indicado pela família em situação de vulnerabilidade posteriormente encaminhado ao cemitério municipal.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

- 7.1. O(a) Fiscal de contrato: **Cristiane Mayer** deverá solicitar a identificação do prestador do serviço, através da apresentação da carteira de identificação profissional.
- 7.2. A Ordem de início de trabalhos e fiscalização será feita por comunicação escrita, ou por e-mail disponibilizado pela contratada.
- 7.3. Os serviços deveram ser executados, com os mais elevados níveis de qualidade e eficiência, sendo que todos os serviços serão executados no município de Paulo Frontin e serão fiscalizados por **Cristiane Mayer**;
- 7.4. A medição será feita pela fiscal do contrato, que deverá informar a relação mensal de funerais executados pela contratada, mediante a apresentação de notas fiscais eletrônicas, que deverão ser vistas pela Fiscal do Contrato, sendo a empresa remunerada por serviços funerários realizados.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 8.1.1. Os serviços serão executados no município de Paulo Frontin, sendo que eventual traslado de outros municípios para o município de Paulo Frontin será feito pela contratada.
- 8.1.2. A remuneração será feita por serviço funerário realizados, conformidade com as exigências previstas neste Termo de Referência.

9. UNIFORMES

- 9.1. Não há necessidade de utilização de uniformes, sendo que os EPI's e EPC's deverão ser fornecidos pela contratada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 15
----------------------------------	----------------------------

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer danos causados ao município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, Parágrafo Único do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021

11.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9. A empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.10. Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.11. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.14. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.15. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.16. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.16.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.16.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.16.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.21. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.21.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a

assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 5º do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

11.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.25. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.29. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 20 de 24 de abril de 2021.

14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº	6/18
	FOLHA Nº	

serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.16.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
- g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.16.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social
- Fiscalização diária:
- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.18.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analtica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 19
----------------------------------	----------------------------

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.20 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.21 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.22 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.23 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.24 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.25 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.26 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.27 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.28 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125, da Lei 14.133, de 2021.

14.29 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei 14.133, de 2021.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos artigos 155 à 163 da Lei 14.133, de 2021.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.35 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.35.1 Conferência do registro de entrada e saída do Posto de Trabalho;

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 20
----------------------------------	----------------------------

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, , dentro da ordem cronológica de cada fonte, que trata o art. 141 da Lei 14.133, de 2021.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 21
----------------------------------	----------------------------

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. 14.6. Nos termos do inciso IV, do art. 139, Lei 14.133, de 2021, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos nos termos do art. 121, §5º, Lei 14.133, de 2021.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155, a Lei 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

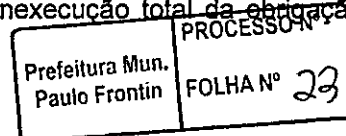
19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. A Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até três anos.

19.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.2, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5, 19.2.6 e 19.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Deixar de executar o serviço, independente do horário e dia;	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por	01

	dia;	
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133, 2021, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação técnica e econômico financeiro serão dispensados.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços, foram estimados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/ de 2021, e foram estimados:

20.4.1. Valor Global: R\$ 27.830,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais)

20.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa.

20.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 27.830,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais)

ORDEM	LOTE	EMPRESA	VALOR TOTAL
1º	1	SILBERTH RONAN STELMACH ME CNPJ: 12.389.264/0001-68	R\$ 27.830,00
2º	1	NATALINO ANTONIO STIVEN CNPJ: 76.699.286/0001-03	R\$ 31.655,00
3º	1	ROLINSKI E TESLUK LTDA CNPJ: 11.533.028/0001-00	R\$ 66.750,00

24 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1 As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta de Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Vigente na seguinte rubrica: 02.05.2.062.3.3.90.27, abaixo especificada:

02 – Poder Executivo

05 – Fundação Municipal de Assistência Social

2.062 – Prestação de Serviços

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PATRICIA GRUCZKOWSKI

Diretora de Compras e Licitação

TERMO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O conteúdo do Termo de Referência está detalhado de tal forma que propicia o conhecimento pleno do objeto, de forma clara e precisa, permitindo aos futuros licitantes as informações necessárias à boa elaboração de sua proposta, mediante regras estabelecidas neste Termo de Referência.

Verifico que existe disponibilidade financeira, conforme Parecer Contábil e que a despesa respeita e está adequada com as Leis Orçamentárias Municipais.

Dessa forma, preenchido os requisitos legais e ainda analisando sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público, resolvo APROVAR o Termo de Referência submetido a análise.

Paulo Frontin, 17 de setembro de 2021.

SALETE ROSA DE FRANÇA
Secretária de Assistência Social de Paulo Frontin/Pr

JAMIL PECH
Prefeito Municipal

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

SOLICITANTE	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN	
EMPRESA	CNPJ:	76.699.286/0001-03
	RAZÃO SOCIAL:	FUNERÁRIA STIEVEN
	CONTATO:	NATALINO ANTÔNIO STIEVEN
	EMAIL:	SILVANO_08@HOTMAIL.COM
	TELEFONE:	(42) 3543.1157

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário (R\$)	Valor máximo total (R\$)
01	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (cinco) ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	R\$ 2.295,00 R\$ 1.775,00	R\$ 2.295,00 R\$ 1.775,00
02	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades)		

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin

PROCESSO Nº

FOLHA Nº

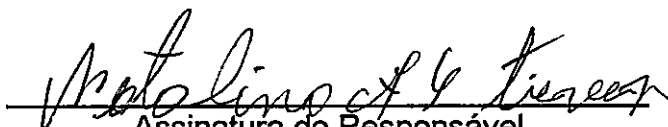
32.08

			<p>e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial,</p> <p>01 (uma) vestimenta,</p> <p>01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação</p> <p>do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	R\$ 2.025,00	R\$ 2.025,00
03	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas até 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p> <p>- 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial,</p> <p>01 (uma) vestimenta,</p> <p>01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação</p> <p>do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	R\$ 2.295,00	R\$ 2.295,00
04	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas acima de 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p>		

			- 01 (uma) urna madeira pintura em verniz, sem visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	R\$ 2.495,00	R\$ 2.495,00
05	01	U	Invólucro impermeável.	R\$ 350,00	R\$ 350,00
06	01	KM	TRANSLADO AUXILIO POR MORTE Valor referente a cada quilômetro que ultrapassar o limite de 150 km, compreendendo início e final do traslado.	R\$ 2,30	R\$ 2,30

8.942,30

PAULO FRONTIN-PR, 20 de ABRIL de 2021.


 Assinatura do Responsável
 Carimbo da Empresa

FUNERÁRIA STIEVEN
 Rua Duque de Caxias, 234
 Centro - Paulo Frontin - PR
 Natalino Antonio Stieven
 CNPJ: 79.699.286/0001-03
 Insc. Est: 303.00146-44
 Fone: (42)3543-1157/8805-4542

14397

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 2030
----------------------------------	------------------------------

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

SOLICITANTE	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN	
EMPRESA	CNPJ:	03.108.988/0001-03
	RAZÃO SOCIAL:	ROLINSKI & TESLUK LTDA ME
	CONTATO:	JACIELI TESLUK
	EMAIL:	JACIELITESLUK@hotmail.com
	TELEFONE:	42-991-23-38-33

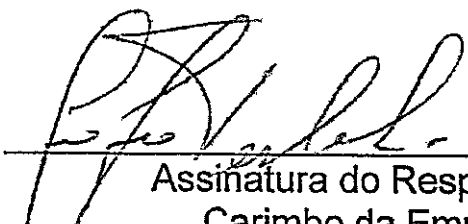
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário (R\$)	Valor máximo total (R\$)
01	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (cinco) ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial , 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	2500,00	2500,00
02	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades)		

			<p>e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial,</p> <p>01 (uma) vestimenta,</p> <p>01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação</p> <p>do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	3.500,00	3.500,00
03	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas até 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p> <p>- 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial,</p> <p>01 (uma) vestimenta,</p> <p>01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação</p> <p>do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	5.000,00	5.000,00
04	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas acima de 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p>		

			<p>- 01 (uma) urna madeira pintura em verniz, sem visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	6.500,00	6.500,00
05	01	U	Invólucro impermeável.	100,00	100,00
06	01	KM	<p>TRANSLADO AUXILIO POR MORTE</p> <p>Valor referente a cada quilômetro que ultrapassar o limite de 150 km, compreendendo início e final do translado.</p>	3,50	3,50

17.603,50

MALLET, 16 de ABRIL de 2021.


Assinatura do Responsável
Carimbo da Empresa

Funerária São João
CNPJ: 03.108.988/0001-03

14197

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 10 2022
----------------------------------	------------------------------------

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

SOLICITANTE	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN	
EMPRESA	CNPJ:	12.389.264/0001-68
	RAZÃO SOCIAL:	SILBENTH RONAN STELMACH-ME1
	CONTATO:	SILBENTH
	EMAIL:	FUNSA PANECIDA PF@GMAIL.COM
	TELEFONE:	(42) 99850 0505

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário (R\$)	Valor máximo total (R\$)
01	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (cinco) ANOS:</p> <p>MATERIAIS:</p> <p>- 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial</p> <p>, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas</p>	8806	1240,00

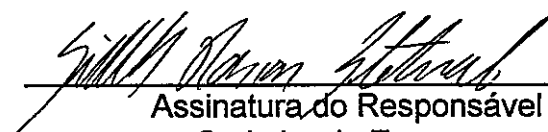
			e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)		
02	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DÉ 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	1500,00	
03	01	U	AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas até 120 kg) MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de	2.000,00	

			<p>TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial,</p> <p>01 (uma) vestimenta,</p> <p>01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>		
04	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas acima de 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p> <p>- 01 (uma) urna madeira pintura em verniz, sem visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta,</p> <p>01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação</p>	2400,00	

			do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)		
05	01	U	Invólucro impermeável.	150,00	
06	01	KM	TRANSLADO AUXILIO POR MORTE Valor referente a cada quilômetro que ultrapassar o limite de 150 km, compreendendo início e final do traslado.	2,40	

7.292,40

Paulo Frontin, 12 de Abril de 2021.


Assinatura do Responsável
Carimbo da Empresa

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

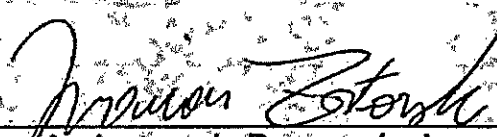
SOLICITANTE	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN	
EMPRESA	CNPJ:	36.376.542/0001-00
	RAZÃO SOCIAL:	MAICON ZATORSKI - M.E.I
	CONTATO:	042 9 9925 0181
	EMAIL:	novaevangelica@gmail.com
	TELEFONE:	042 3522 5810

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor máximo unitário (R\$)	Valor máximo total (R\$)
01	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (cinco) ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido. SERVIÇOS: - Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; traslado dentro do Município até 150 km (ida e volta)	R\$ 750,00	R\$750,00
02	01	U	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 04 alças de	R\$1.000,00	R\$1.000,00

			<p>metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa pequena artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>		
03	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas até 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p> <p>- 01 (uma) urna popular, com visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	R\$1.400,00	R\$1.400,00
04	01	U	<p>AUXILIO POR MORTE ADULTO (para pessoas acima de 120 kg)</p> <p>MATERIAIS:</p>	R\$1.650,00	R\$1.650,00

			<p>- 01 (uma) uma madeira pintura em verniz, sem visor, com forro de TNT, com 06 alças de metal cromado, conjunto de velas (04 unidades) e castiçais, 01 (um) véu de tule, 01 (uma) coroa artificial, 01 (uma) vestimenta, 01 (um) túmulo contendo plaqueta de identificação</p> <p>do (a) falecido.</p> <p>SERVIÇOS:</p> <p>- Serviços de preparação do corpo: Limpeza do corpo, cabelo, unha, maquiagem e tamponamento; aviso de rádio, com abrangência na área urbana e rural do município; isenção de taxas e utilização de capela mortuária; translado dentro do Município até 150 km (ida e volta)</p>	NÃO	COITO
05	01	U	Invólucro impermeável.		
06	01	KM	<p>TRANSLADO AUXILIO POR MORTE</p> <p>Valor referente a cada quilômetro que ultrapassar o limite de 150 km, compreendendo início e final do translado.</p>	R\$2,50	R\$2,50

Pinto União , 09 de ABRIL de 2021.


 Assinatura do Responsável

Carimbo da Empresa

36.386.542/0001-00



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 4110686883-1		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) SILBERTH RONAN STELMACH			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILHO DE (pai) EDSON IVAN STELMACH		(mãe) DULCI CARLOTTO STELMACH	
NASCIDO EM (data de nascimento) 04/06/1991	IDENTIDADE (número) 95852602	Órgão Emissor II	UF PR
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 063.179.279-10	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA 22 DE JANEIRO			NÚMERO 03
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 84635000	
MUNICÍPIO PAULO FRONTIN	UF PR		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do Estado do Paraná:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL SILBERTH RONAN STELMACH - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA 22 DE JANEIRO			NÚMERO 03
COMPLEMENTO SALA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 84635000	
MUNICÍPIO PAULO FRONTIN	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) aecandrade@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 15.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) QUINZE MIL REAIS		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal: 9603304 Atividades secundárias: 9603399 4781400 4789002 4773300 4789099	DESCRIÇÃO DO OBJETO SERVIÇOS DE FUNERARIA ATIVIDADES FUNERARIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPÉDICOS COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 03/08/2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 12.389.264/0001-68	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF PR
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/aposentado/gerente) <i>Silberth Ronan Stelmach</i>			
DATA DA ASSINATURA 23/09/2014	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Silberth Ronan Stelmach</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.	AUTENTICAÇÃO		
Alcides Faria Pacheco R.G. 1.245.438-4 / PR		21 OUT. 2014	
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ AGÊNCIA REGIONAL DE UNIÃO DA VITÓRIA CERTIFICADO REGISTRO EM: 21/10/2014 SOB NÚMERO: 20146013786 Protocolo: 14/601378-6, DE 08/10/2014 Empresa: 411 0686883-1 SILBERTH RONAN STELMACH - ME SEBASTIÃO MOTTA SECRETÁRIO GERAL			





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.389.264/0001-68 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/08/2010
NOME EMPRESARIAL SILBERTH RONAN STELMACH		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNERARIA NOSSA SENHOIRA APARECIDA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 96.03-3-04 - Serviços de funerárias		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 96.03-3-99 - Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R 22 DE JANEIRO	NÚMERO 03	COMPLEMENTO *****
CEP 84.635-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PAULO FRONTIN
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO aecandrade@hotmail.com		TELEFONE (42) 3543-1014/ (42) 9135-8167
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/01/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/07/2021 às 11:22:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 26
----------------------------------	----------------------------

Estado do Paraná

Nº 33

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Diretoria de Cadastro e Tributação

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO

FIXAR EM LOCAL VISÍVEL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, por força da Lei Municipal Nº 207/97, concede o presente ALVARÁ DE LICENÇA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO, de acordo com o despacho exarado na declaração para fins de inscrição nos cadastros de:

NOME / RAZÃO SOCIAL

426-0 SILBERTH RONAN STELMACH
FUNERARIA NOSSA SENHORA APARECIDA

ENDEREÇO

Logradouro: Rua 22 DE JANEIRO
Complemento:
Bairro: CENTRO
Distrito: SEDE
Cidade: Paulo Frontin

Número: 03
CEP: 84635-000

UF: PR

Atividade Principal - Atividades Secundárias

225 SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS
504 ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
317 COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
483 COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS
505 COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Descrição: HORARIO COMERCIAL
Entrada: 08:00:00 Salda Intermediária: 00:00:00 Entrada Intermediária: 00:00:00 Salda: 19:00:00

DOCUMENTOS

CNPJ: 12.389.264/0001-68

Inscrição Estadual: 90549874-60

VALIDO ATÉ 31/12/2021

Paulo Frontin (PR), 29 de Março de 2021


JAMIL PECH
Prefeito Municipal



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 024536962-60

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 12.389.264/0001-68

Nome: **SILBERTH RONAN STELMACH - ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/11/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº 44 FOLHA Nº 20
----------------------------------	----------------------------------



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SILBERTH RONAN STELMACH
CNPJ: 12.389.264/0001-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

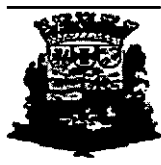
Emitida às 14:22:14 do dia 13/04/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/10/2021.

Código de controle da certidão: **25DD.0777.4F68.4066**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº 45 FOLHA Nº 003
----------------------------------	-----------------------------------



Paulo Frontin
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 09/09/2021 14h39min

Número
890

Validade
09/10/2021

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

SILBERTH RONAN STELMACH CNPJ: 12389264000168

Aviso

Com débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar outros débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 1790 - SILBERTH RONAN STELMACH
Endereço: 22 DE JANEIRO, 03 - Bairro CENTRO - CEP 84.635-000

Código de Controle

CW4EFDEHPDWKN753

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Paulo Frontin (PR), 09 de Setembro de 2021

Rui Barbosa, 204 - Centro
Paulo Frontin (PR) - CEP: 84635000 - Fone: 4235431210

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin

PROCESSO Nº
46
FOLHA Nº 02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SILBERTH RONAN STELMACH (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.389.264/0001-68
Certidão nº: 21858770/2021
Expedição: 14/07/2021, às 11:21:35
Validade: 09/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SILBERTH RONAN STELMACH (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.389.264/0001-68**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 12.389.264/0001-68**Razão Social:** SILBERTH RONAN STELMACH ME**Endereço:** RUA 22 DE JANEIRO / CENTRO / PAULO FRONTIN / PR / 84635-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/09/2021 a 07/10/2021**Certificação Número:** 2021090802141393965081

Informação obtida em 09/09/2021 14:44:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALLET - PARANÁ

Fórum Desembargador "José Henrique de Santa Ritta"
Cartório do Distribuidor e Anexos

☒ Rua XV de Novembro, 412 - CEP 84570-000 - ☎/fax (042) 3542 1227.

JUSSARA MARIA DA MOTTA RIBEIRO - DISTRIBUIDORA JUDICIAL
ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK - ESCRIVENTE JURAMENTADA

= C E R T I D ã O =

Certifico a pedido verbal de parte interessada e para os devidos fins, que revendo em Cartório a meu cargo os livros de distribuição, deles pude verificar que "não consta" distribuída nenhuma **AÇÃO DE FALENCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** tendo como requerido: **SILBERTH RONAN STELMACH**, com sede à Rua 22 de janeiro, nº 03, Centro, Cidade de Paulo Frontin e Comarca de Mallet/PR, inscrita no CNPJ sob nº 12.389.264/0001-68.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 14 de julho de 2021.

JUSSARA MARIA DA MOTTA RIBEIRO
DISTRIBUIDORA JUDICIAL
ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK
ESCRIVENTE JURAMENTADA

ANGELICA PAIM DA SILVA
BLASZUYK:06704446931

Assinado de forma digital por ANGELICA PAIM DA SILVA
BLASZUYK06704446931
Dados: 2021.07.14 15:27:23 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.005.20048

Custas certidão: R\$ 33,66

Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Venceu
------	------------	---------------	------------	----------------	-------------	--------

Número da Coleta: 101/2021 Data: 03/08/2021

Material: 330710 - AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (CINCO) ANOS: MATERIAIS: - Unid.: U

1	SILBERTH RONAN STELMACH ME - (8806)	2,000	1,240,0000	2,480,00	Sim	***
1	NATALINO ANTONIO STIVEN - (6218)	2,000	1,775,0000	3,550,00	Não	
1	ROLINSKI & TESLUK LTDA - (14197)	2,000	2,500,0000	5,000,00	Não	

Material: 330711 - AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIA Unid.: U

2	SILBERTH RONAN STELMACH ME - (8806)	2,000	1,500,0000	3,000,00	Sim	***
2	NATALINO ANTONIO STIVEN - (6218)	2,000	2,025,0000	4,050,00	Não	
2	ROLINSKI & TESLUK LTDA - (14197)	2,000	3,500,0000	7,000,00	Não	

Material: 330712 - AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ATÉ 120 KG) MATERIAIS Unid.: U

3	SILBERTH RONAN STELMACH ME - (8806)	6,000	2,000,0000	12,000,00	Sim	***
3	NATALINO ANTONIO STIVEN - (6218)	6,000	2,295,0000	13,770,00	Não	
3	ROLINSKI & TESLUK LTDA - (14197)	6,000	5,000,0000	30,000,00	Não	

Material: 330713 - AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ACIMA DE 120 KG Unid.: U

4	SILBERTH RONAN STELMACH ME - (8806)	3,000	2,400,0000	7,200,00	Sim	***
4	NATALINO ANTONIO STIVEN - (6218)	3,000	2,495,0000	7,485,00	Não	
4	ROLINSKI & TESLUK LTDA - (14197)	3,000	6,500,0000	19,500,00	Não	

Material: 330714 - INVÓLUCRO IMPERMIÁVEL Unid.: U

5	SILBERTH RONAN STELMACH ME - (8806)	5,000	150,0000	750,00	Sim	***
5	ROLINSKI & TESLUK LTDA - (14197)	5,000	100,0000	500,00	Não	
5	NATALINO ANTONIO STIVEN - (6218)	5,000	350,0000	1,750,00	Não	

Material: 330715 - TRANSLADO AUXÍLIO POR MORTE VALOR REFERENTE Unid.: KM

6	SILBERTH RONAN STELMACH ME - (8806)	1,000,000	2,400	2,400,00	Sim	***
6	NATALINO ANTONIO STIVEN - (6218)	1,000,000	2,300	2,300,00	Não	
6	ROLINSKI & TESLUK LTDA - (14197)	1,000,000	3,500	3,500,00	Não	
Total da Coleta:				27,830,00		

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Folha: 1/2

CNPJ: 77.007.474/0001-90
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) Prefeito Municipal

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO POR MORTE, DESTINADAS ÀS PESSOAS E ÀS FAMÍLIAS COM IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR POR CONTA PRÓPRIA DAS DESPESAS COM FUNERAL.

Processo Adm. nº: 117/2021 Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
Forma Pgto. / Reajuste:
Prazo Entrega/Exec.: 5 DIAS
Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL - RUA RUI BARBOSA -
Urgência:
Vigência:
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	2,000	U	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (CINCO) ANOS: MATERIAIS: -	1.838,3300	3.676,66
2	2,000	U	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIA	2.341,6700	4.683,34
3	6,000	U	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ATÉ 120 KG) MATERIAIS	3.098,3300	18.589,98
4	3,000	U	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ACIMA DE 120 KG	3.798,3300	11.394,99
5	5,000	U	INVÓLUCRO IMPERMIÁVEL.	200,0000	1.000,00
6	1000,000	KM	TRANSLADO AUXÍLIO POR MORTE VALOR REFERENTE	2,7300	2.730,00
Total Geral ----->				11.279,3900	42.074,97

Paulo Frontin, 3 de Agosto de 2021.

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin

PROCESSO Nº
51
FOLHA Nº 001

Patrícia Gruczowski

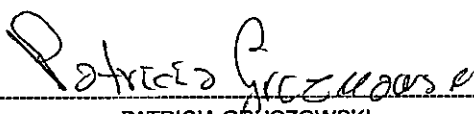
PATRÍCIA GRUCZOWSKI
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Folha: 2/2

CNPJ: 77.007.474/0001-90
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Paulo Frontin, 3 de Agosto de 2021.


PATRICIA GRUCZOWSKI
Responsável pelo Setor Compras

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, JAMIL PECH, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 117/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Paulo Frontin, 3 de Agosto de 2021.


JAMIL PECH
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90

RUA RUI BARBOSA, 204

C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- ☒ - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
☐ - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
☐ - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nr. Processo Adm. / Ano: 117/2021
 Data do Processo Adm.: 03/08/2021
 Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Objeto do Processo Adm.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO POR MORTE, DESTINADAS ÀS PESSOAS E ÀS FAMÍLIAS COM IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR POR CONTA PRÓPRIA DAS DESPESAS COM FUNERAL.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Cod. Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Elemento Despesa	Compl. do Elemento	Saldo Disponível	Valor Previsto
177	02.05	2.062	3.3.90.30.00.00.00.00	3.3.90.30.27.00.00.00	50.000,00	27.830,00
					Total Previsto:	27.830,00
					Total Geral:	27.830,00

Paulo Frontin, Em 09.09.2021


 Contador



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.117/2021
(Lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

JUSTIFICATIVA

1. DA ELABORAÇÃO DA DEMANDA:

1.1. Deu-se início ao processo por meio do Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência, visando à contratação, por dispensa de licitação, de prestação de serviços de empresa para a prestação de serviços de auxílio por morte, destinadas as pessoas e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria das despesas com o funeral, do município de Paulo Frontin-PR, conforme tabela abaixo:

LOTE 01				
ITEM	CATMAT CATSER	UNID.	QUANTIDADE.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1		U	2	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (CINCO) ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE MATERIAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: -SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONEAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA).
2		U	2	AUXILIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TRATAMENTO; VISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA).
3		U	6	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ATÉ 120 KG) MATERIAIS: -01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA)
4		U	3	AUXILIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ACIMA DE 120 kg) MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA MADEIRA PINTURA EM VERNIZ, SEM VISOR, COM FORRO DE TNT,

PROCESSO Nº

FOLHA Nº 308

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

				COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA)
5		U	5	INVÓLUCRO IMPERMIÁVEL.
6		Km	1000	TRANSLADO AUXILIO POR MORTE VALOR REFERENTE VALOR REFERENTE A CADA QUILOMETRO QUE ULTRAPASSAR O LIMITE DE 150 KM, COMPREENDENDO INÍCIO E FINAL DO TRANSLADO.

2. DA PESQUISA DE PREÇO:

2.1. Com vistas a subsidiar a contratação do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme art. 23, da Lei 14.133, de 2021. A elaboração do mapa comparativo de preços culminou com os preços estimados apontados na tabela a seguir:

ORDEM	LOTE	EMPRESA	VALOR TOTAL
1º	1	SILBERTH RONAN STELMACH ME CNPJ: 12.389.264/0001-68	R\$ 27.830,00
2º	1	NATALINO ANTONIO STIVEN CNPJ: 76.699.286/0001-03	R\$ 31.655,00
3º	1	ROLINSKI E TESLUK LTDA CNPJ: 11.533.028/0001-00	R\$ 66.750,00

2.2. Justifica o fato de a pesquisa ter se realizado junto aos fornecedores existentes, no cadastro do Município, em conformidade com o art. 23, inciso IV, da Lei 14.133, de 2021, porque não foi possível a elaboração de parâmetros comparativos – em consideração a peculiar rede de iluminação pública municipal, constante no Termo de Referência.

3. FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. A presente dispensa de licitação, se fundamenta no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, abaixo transcrito:

Art. 75. É dispensável a licitação:

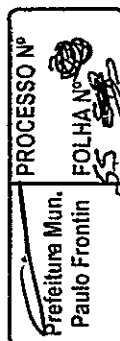
II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

4. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

4.1. A ausência de licitação, decorre em hipóteses que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

4.2. No caso do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, faculta a realização de um procedimento licitatório quando custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

4.3. A aquisição do objeto desta Dispensa de Licitação de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.





MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

5. RAZÃO DA ESCOLHA:

5.1. A contratação recaiu à empresa **SILBERTH RONAN STELMACH ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.389.264/0001-68, que conforme demonstrado na pesquisa de preço feita inteiramente pela Secretaria requisitante, registrada sob o nº 50/2021, foi a empresa que menor preço ofertou e por cumprir com os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo, portanto, a melhor classificada.

6. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

6.1. Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

6.2. Os preços coletados foram pesquisados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

6.3. O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada propõe-se a fornecer o objeto pelo valor global de R\$ 27.830,00 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais) estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

7. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:

7.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista foram atendidas.

7.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor foram o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, foram atendidos.

7.3. Os critérios de qualificação técnica: apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente; indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, foram atendidos.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas para atender a esta Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Paulo Frontin, na classificação abaixo:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2062	000	3.3.90.30/2021	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO - Sec. Mun. de

9. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

9.1 A Comissão Contratação, instituída pelo Decreto nº. 59, de 2021, composta pelos Membros e o Secretário, abaixo identificados, decidem, por unanimidade, proceder a realização da dispensa de licitação, conforme fundamentos acima identificados, e submeter a autorização pelo Prefeito Municipal se assim entender conveniente ao interesse público.

Paulo Frontin 09 de setembro de 2021.

ALECIO MAROLI
Presidente

EDER RENATO STELMACH
Membro

WALINSON KELVIN MARCA
Membro





MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

Parecer jurídico: nº. 282/2021

Procedimento de Dispensa de Licitação nº. 108/2021

Processo Administrativo: 117/2021

Processo de Compra: 117/2021

Fundamento Legal: art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

Origem: Departamento Compras

Interessado (s): Sr. Jamil Pech

Sra. Salete Rosa de França

Em atenção ao pedido de parecer jurídico pelo Departamento de Compras, dirigida a este advogado municipal, sobre o procedimento de **Dispensa de Licitação**, fundamentado no **art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21** venho informar o que segue:

1. Introdução:

1.1. Trata-se de parecer jurídico obrigatório, cujo “dictamen” não é vinculativo, visando analisar o procedimento de dispensa de licitação e a minuta do contrato, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21**, tendo como objeto a “contratação de empresa para a prestação de serviços de auxílio por morte, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Paulo Frontin/PR” conforme documentos técnicos que instruem o presente processo.

1.2. Convém anotar, que este advogado não detém os conhecimentos fáticos e técnicos para aferir a quantidade e qualidade, conveniência e oportunidade do objeto a ser licitado, portanto a análise aqui empreendida limitar-se-á aos aspectos jurídicos da contratação pretendida.

2. Formalidades:

2.1. Ocorreu a regular abertura de processo administrativo sob o nº. 117/2021, do Processo de Compra nº. 117/2021, que foi devidamente autuado tendo obtido a

Prefeitura Mun. Paulo Frontin	PROCESSO Nº FOLHA Nº 5
----------------------------------	---------------------------

1/6



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

Modalidade de Dispensa de Licitação nº. 108/2021, protocolado e numerado, conforme fls. 01 a 59 do processo.

2.2. Nos autos consta documento de formalização da demanda (art. 72, inciso I), conforme fl. 01 dos autos.

2.3. Nos autos consta documento de estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei, conforme fl. 54 dos autos;

2.4. A formalização da demanda foi elaborada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Paulo Frontin, Paraná, de acordo com acórdão 254/2004-Segunda Câmara TCU, conforme fl. 04 e 10 dos autos do processo.

2.5. Nos autos consta a justificativa da necessidade da contratação direta pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Paulo Frontin, Paraná (art. 18, inciso I, da Lei 14.133, de 2021).

2.6. Nos autos consta a definição do objeto, para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência (art. 18, inciso II, da Lei 14.133, de 2021), devidamente aprovado pela Autoridade Competente, conforme fl. 12 a 29 dos autos.

2.7. Nos autos consta a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento por meio de termo de referência (art. 18, inciso III, da Lei 14.133, de 2021), conforme fl. 12 a 29 dos autos;

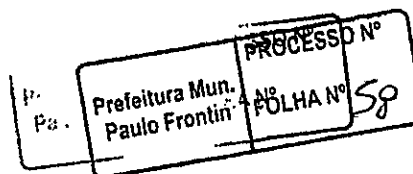
2.8. Nos autos consta o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação (art. 18, inciso IV, da Lei 14.133, de 2021), conforme fl. 31 e 43 dos autos;

2.9. Existe a justificativa caracteriza a situação de dispensa prevista no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, e ainda o art. 72, da Lei 14.133, de 2021, com os elementos a sua configuração, conforme fl. 57 a 59 dos autos.

2.10. Existe justificativa quanto a aceitação do preço ofertado pela futura contratada, conforme fl. 59 dos autos.

2.11. Foram indicadas as razões de escolha do prestador do serviço, conforme fl. 59 dos autos.

2.12. Nos autos consta demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (Art. 72, inciso IV, da Lei 14.133, de 2021), conforme fl. 56 dos autos.





MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

2.13. Há comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, previsto no Termo de Referência.

2.14. **Não** consta minuta contrato (art.95 da Le nº 14.133, de 2021).

2.15. Assim, entendo que o presente procedimento se encontra formalmente regular.

3. Contratação Direta: art. 75, inciso II:

3.1. Pretende a Administração Pública dispensar a licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, ou seja, a ausência da contratação acarretaria um prejuízo ao bem público, narrando, em sua justificativa que necessita dos serviços e que o custo de uma licitação é inviável.

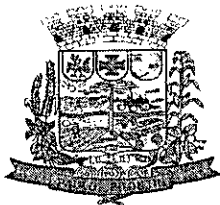
3.2. A ausência de licitação, decorre em hipóteses, que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

3.3. No caso o 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, faculta a dispensa da realização de um procedimento licitatório quando o custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

3.4. Deste modo, podemos presumir que a aquisição do bem objeto deste contrato pretende se dar por meio de Dispensa de Licitação, haja visto que o valor estimado do certame se encontra abaixo daquele que é apontado no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, ou seja até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

3.5. É importante ressaltar que a norma não autoriza que o fracionamento das contratações acarrete a dispensa de licitação. Frisa-se que o art. 75, §1º, da Lei 14.133, de 2021, não veda genericamente o fracionamento das contratações, mas apenas a utilização do fracionamento com o intuito de dispensar a licitação. Em casos de contratação do mesmo ramo de atividade, para cada unidade gestora, deve ser levado em consideração para aferição do limite legal.

3.6. Deve a autoridade responsável pela aquisição por dispensa de licitação, **observar que** nas contratações de pequeno valor, a luz do que dispõe o art. 75, §7º, da Lei 14.133, de 2021, que tal contratação não representa fracionamento do objeto a ser licitado.



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

3.7. Portanto, se o valor da contratação estiver contido nos limites legais, pode o Administrador proceder à dispensa do procedimento licitatório, se considerá-la conveniente e oportuna. Assim entendo que a dispensa de licitação, justifica-se, pois assim incidirá a disposição prevista no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, **devendo, contudo, limitar o valor contido, §7º, do art. 75 da Lei 14.133/2021.**

4. Razão da Escolha do Fornecedor.

4.1. O art. 72, inciso VI, da Lei 14.133, 2021, exige que seja exposta a razão da escolha do contratado.

4.2. Quanto à escolha do fornecedor, justificou o Secretário e a Comissão que a contratação recaiu à empresa que menor preço ofertou, conforme cotação 101/2021.

4.3. Assim, quer nos pareceres, salvo melhor juízo, que ficou demonstrado a escolha do fornecedor, haja vista tratar-se de contratação da empresa que ofereceu melhores condições de suprir as demandas administrativas, *não cabendo a PRESENTE análise ingressar no mérito do ato, restringindo ao controle de legalidade.*

5. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

5.1. Para cumprimento do segundo requisito, isto é, quanto à justificativa de preço, previsto no art. 72, inciso VII, da Lei 14.133, de 2021, justificou o seguinte:

6. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

6.1. Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

6.2. Os preços coletados foram pesquisados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

6.3. O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada propõe-se a fornecer o objeto pelo valor global de R\$ 27.830,00 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais), estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

5.2. Do exposto, narrou a Comissão de Contratação que os preços foram pesquisados em conformidade com o art. 23, da Lei 14.133, de 2021, sendo que a adoção do



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

previsto no art. 23, § 1º, inciso IV, com a justificativa pela adoção dessa escolha de orçamento, conforme item 2.2, do item 2 – Pesquisa de Preço, “razão pela qual não cabe a este subscritor ingressar no mérito do ato, cabendo apenas o controle de legalidade”.

6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:

6.2. Para cumprimento do terceiro requisito, isto é, quanto à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme, previsto no art. 72, inciso V, da Lei 14.133, de 2021.

6.4. O Termo de Referência, no item 20, estabelece os critérios de seleção do fornecedor, estabelecendo a necessidade de habilitação jurídica, fiscal trabalhista.

6.3. Foram atendidas as recomendações, não havendo motivos para não autorizar a dispensa de licitação.

7. DISPOSIÇÕES DE PROCEDIMENTO

7.2. Não pode ser deslembrado, ainda, que nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, os casos de dispensa de licitação devem ser, necessariamente, ser submetidos à autoridade superior, para a expedição de autorização de dispensa.

7.3. Uma vez autorizado, deverá a justificativa e a autorização e quando for o caso, o extrato de contrato, serem publicadas no Diário Oficial do Município, e mantidos à disposição do público, na página de internet do município.

7.4. Recomenda-se, ainda, que seja disponibilizado a íntegra do processo de dispensa de licitação, na página oficial do município, conforme previsto no art. 54, §2º e 3º, e Parágrafo Único do art. 72, art. 75, §3º e art. 176, da Lei 14.133/2021 e Lei Estadual 19.581/2018.

8. DA MINUTA DO CONTRATO:

8.1. O contrato envolve valor ínfimo não existe obrigações futuras e considerando que a obrigação é de pronta entrega, entendo com fundamento no art. 95, inciso I, §2º da Lei 14.133/21, desnecessário o contrato. Recomendo, contudo, que no momento do



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

recebimento seja verificado o cumprimento de obrigações do termo de referência pela Secretaria requisitante.

9. CONCLUSÃO

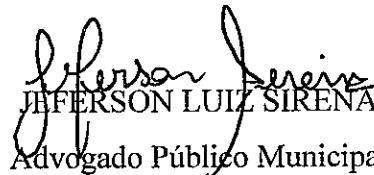
9.1. Ante o exposto, analisado os aspectos jurídicos formais, obedecida a legislação aplicável a modalidade escolhida, **desde que atenda todas as recomendações no corpo deste parecer,** entendo que se encontra o presente processo em condições de ser autorizado, se assim a autoridade superior entender conveniente ao interesse público.

9.2. Considerando que identifiquei que houve a alteração de peças no processo de dispensa de licitação, indicados no Parecer Jurídico 249/2021, **recomendo que não haja alteração de peças ou documentos, sendo que o termo de referência e a justificativa foram vistados por esse subscritor, ante o risco de responsabilização criminal e administrativa.**

É o parecer.

A Superior Consideração.

Paulo Frontin, 13 de setembro de 2021.


JEFFERSON LUIZ SIRENA
Advogado Público Municipal
OAB/PR 61.919.

MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN / PR
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA 108/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 117/2021

PROCESSO DE COMPRA N.º 117/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO POR MORTE, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR

QUANTIDADE: 01

VALOR UNITÁRIO: R\$ 27.830,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais)

VALOR TOTAL: R\$ 27.830,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021

Com fulcro no disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e consoante ao que consta da instrução do presente processo, **AUTORIZO** a realização da despesa, por meio de **dispensa de licitação**, uma vez que o objeto não ultrapassará, no exercício, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e, ainda, consoante disposto no Parecer Jurídico nº. 282/2021, preencheu os demais requisitos legais.

Em 20 de setembro de 2021



JAMIL PECH
Prefeito

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 117/2021
(Lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

JUSTIFICATIVA

DA ELABORAÇÃO DA DEMANDA:

Deu-se início ao processo por meio do Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência, visando à contratação, por dispensa de licitação, de prestação de serviços de empresa para a prestação de serviços de auxílio por morte, destinadas as pessoas e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria das despesas com o funeral, do município de Paulo Frontin-PR, conforme tabela abaixo:

LOTE 01				
ITEM	CATMAT CATSER	UNID.	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1		U	2	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA ATÉ 05 (CINCO) ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE MATERIAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: -SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONEAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA).
2		U	2	AUXÍLIO POR MORTE CRIANÇA DE 05 (CINCO) ATÉ 12 ANOS: MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 04 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA PEQUENA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TRATAMENTO; VISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA).
3		U	6	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ATÉ 120 KG) MATERIAIS: -01 (UMA) URNA POPULAR, COM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA)
4		U	3	AUXÍLIO POR MORTE ADULTO (PARA PESSOAS ACIMA DE 120 kg) MATERIAIS: - 01 (UMA) URNA MADEIRA PINTURA EM VERNIZ, SEM VISOR, COM FORRO DE TNT, COM 06 ALÇAS DE METAL CROMADO, CONJUNTO DE VELAS (04 UNIDADES) E CASTIÇAS, 01 (UM) VÉU DE TULE, 01 (UMA) COROA ARTIFICIAL, 01 (UMA) VESTIMENTA, 01 (UM) TÚMULO CONTENDO PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO. SERVIÇOS: - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO: LIMPEZA DO CORPO, CABELO, UNHA, MAQUIAGEM E TAMPONAMENTO; AVISO DE RÁDIO, COM ABRANGÊNCIA NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO; ISENÇÃO DE TAXAS E UTILIZAÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA; TRANSLADO DENTRO DO MUNICÍPIO ATÉ 150 KM (IDA E VOLTA)
5		U	5	INVÓLUCRO IMPERMIÁVEL.
6		Km	1000	TRANSLADO AUXÍLIO POR MORTE VALOR REFERENTE VALOR REFERENTE A CADA QUILOMETRO QUE ULTRAPASSAR O LIMITE DE 150 KM, COMPREENDENDO INÍCIO E FINAL DO TRANSLADO.

DA PESQUISA DE PREÇO:

Com vistas a subsidiar a contratação do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme art. 23, da Lei 14.133, de 2021. A elaboração do mapa comparativo de preços culminou com os preços estimados apontados na tabela a seguir:

ORDEM	LOTE	EMPRESA	VALOR TOTAL
1ª	1	SILBERTH RONAN STELMACH ME CNPJ: 12.389.264/0001-68	R\$ 27.830,00

2°	1	NATALINO ANTONIO STIVEN CNPJ: 76.699.286/0001-03	R\$ 31.655,00
3°	1	ROLINSKI E TESLUK LTDA CNPJ: 11.533.028/0001-00	R\$ 66.750,00

Justifica o fato de a pesquisa ter se realizado junto aos fornecedores existentes, no cadastro do Município, em conformidade com o art. 23, inciso IV, da Lei 14.133, de 2021, porque não foi possível a elaboração de parâmetros comparativos – em consideração a peculiar rede de iluminação pública municipal, constante no Termo de Referência.

FUNDAMENTO LEGAL:

A presente dispensa de licitação, se fundamenta no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, abaixo transcrito:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

A ausência de licitação, decorre em hipóteses que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

No caso do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, faculta a realização de um procedimento licitatório quando custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

A aquisição do objeto desta Dispensa de Licitação de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.

RAZÃO DA ESCOLHA:

A contratação recaiu à empresa **SILBERTH RONAN STELMACH ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.389.264/0001-68, que conforme demonstrado na pesquisa de preço feita inteiramente pela Secretaria requisitante, registrada sob o nº 50/2021, foi a empresa que menor preço ofertou e por cumprir com os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo, portanto, a melhor classificada.

DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

Os preços coletados foram pesquisados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada propõe-se a fornecer o objeto pelo valor global de R\$ 27.830,00 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais) estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista foram atendidas.

Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor foram o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, foram atendidos.

Os critérios de qualificação técnica: apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente; indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, foram atendidos.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas para atender a esta Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Paulo Frontin, na classificação abaixo:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2062	000	3.3.90.30/2021	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO - Sec. Mun. de

9. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

9.1 A Comissão Contratação, instituída pelo Decreto nº. 59, de 2021, composta pelos Membros e o Secretário, abaixo identificados, decidem, por unanimidade, proceder a realização da dispensa de licitação, conforme fundamentos acima identificados, e submeter a autorização pelo Prefeito Municipal se assim entender conveniente ao interesse público.

Paulo Frontin 09 de setembro de 2021.

ALECIO MAROLI

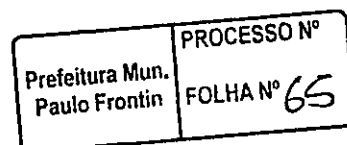
Presidente

EDER RENATO STELMACH

Membro

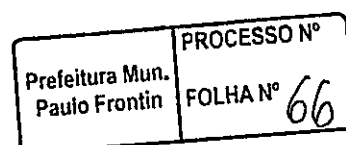
WALINSON KELVIN MARCA

Membro



Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador: BBD34C68

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/09/2021. Edição 2353
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2021

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA 108/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 117/2021

PROCESSO DE COMPRA Nº. 117/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO POR MORTE, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

QUANTIDADE: 01

VALOR TOTAL: R\$ 27.830,00 (Vinte e sete mil oitocentos e trinta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021

Com fulcro no disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e consoante ao que consta da instrução do presente processo, **AUTORIZO** a realização da despesa, por meio de **dispensa de licitação**, uma vez que o objeto não ultrapassará, no exercício, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e, ainda, consoante disposto no Parecer Jurídico nº. 282/2021, preencheu os demais requisitos legais.

Em 20 de setembro de 2021

JAMIL PECH

Prefeito

Publicado por:

Alecio Maroli

Código Identificador:69064698

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/09/2021. Edição 2353

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

